



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

O serviço telefónico móvel 2G de Macau termina no dia 8 de Julho do corrente ano, no entanto, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações afirmou que aquela rede se ia manter por um determinado período de tempo, mas exclusivamente para serviços de *roaming* disponibilizados por operadoras de telecomunicações do exterior, e destinados aos visitantes de Macau.

Já no ano passado os serviços competentes exigiram às operadoras dos serviços de telecomunicações que deixassem de admitir novos pedidos de adesão aos serviços 2G, e que assegurassem a transição dos utentes da rede 2G para a rede 3G, antes do prazo definido. Em conformidade com os dados estatísticos mais actualizados, em finais do ano passado existiam ainda 152.000 utentes da rede 2G, o que representa 11,4% do número total de utentes do serviço telefónico móvel. Já falta menos de meio ano para o fim da rede 2G, por isso, como se vai apoiar os utentes na transição para a rede 3G, em particular, na substituição dos respectivos telemóveis, com vista a evitar problemas nas comunicações, constitui, de facto, um grande desafio.

O que nos preocupa é que alguns utentes inscritos no plano da rede 3G não são verdadeiros utentes desse serviço, visto que continuam a utilizar telemóveis 2G, que não funcionam na rede 3G. A partir do dia 8 de Julho, estes utentes verão os seus serviços de telecomunicações suspensos, caso não



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

procedam à substituição dos seus telemóveis para a categoria 3G. Actualmente, grande parte dos utentes utiliza telemóveis do modelo de banda dupla (CDMA+GSM), mas o modelo GSM não funciona na rede 3G, então, o que é que o Governo e as operadoras vão fazer? O público está atento a este assunto. Já interpelei, por escrito, o Governo sobre esta matéria, e na resposta que me foi dada, refere-se que já se procedeu à respectiva coordenação com as operadoras, no sentido destas disponibilizarem planos vantajosos para a transição da rede 2G para a rede 3G, apoiando, assim, os utentes em causa. Todavia, no que respeita ao apoio na substituição dos respectivos telemóveis, a resposta nada refere.

Assim, gostaria de interpelar o Governo sobre o seguinte:

1. Quanto aos 150 mil utentes que têm de transitar da rede 2G para a rede 3G, como é que as autoridades vão fiscalizar as operadoras no respectivo processo de mudança de telemóveis, a ter lugar no prazo de meio ano? Vão exigir às operadoras que mantenham as tarifas mensais para os utentes de 3G que só utilizam os serviços de chamadas? Vão apoiá-los a bloquear os serviços de internet e de valor acrescentado, a fim de evitar que sejam afectados ou sofram prejuízos desnecessários?

2. A maioria dos clientes da rede 2G utiliza telemóveis de modelo de banda dupla. Caso não mudem, atempadamente, os seus telemóveis, quando acabar o serviço 2G, aqueles deixam de funcionar e as comunicações



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

telefónicas serão afectadas. As autoridades vão acompanhar esta situação? Como é que as autoridades vão garantir que as operadoras parem de vender telemóveis que não funcionam na rede 3G? Há que exigir às operadoras dados sobre o número dos assinantes de serviços 3G que utilizam apenas a rede 2G, a fim de os alertar, quanto antes, para verificarem se os seus telemóveis funcionam na rede 3G, garantindo assim que não sejam afectados a partir do dia 8 de Julho. As autoridades responsáveis vão fazer isso?

3. Relativamente ao “apagão” de telecomunicações que durou seis horas, que medidas vão as autoridades adoptar para garantir que o mesmo não se repita na mesma ou noutras operadoras? Há que garantir que as operadoras disponham de hardware e software suficientes, para poderem recuperar rapidamente de avarias no sistema de telecomunicações, assegurando que as chamadas básicas e urgentes não sejam suspensas. Que medidas vão as autoridades adoptar para o efeito? Este incidente deve servir de lição ao Governo, devendo este, então, rever os defeitos existentes nos actuais mecanismos de fiscalização, de comunicação sobre incidentes e de penalização, e proceder aos respectivos aperfeiçoamentos. O Governo concorda com isto?

16 de Fevereiro de 2012.

A Deputada à Assembleia Legislativa, Kwan Tsui Hang.